



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.14 , nº 02 / jul-dez 2020, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

Terra, trabalho e família: estratégias de reprodução social no Assentamento Rural Araras III

Land, work and family: social reproduction strategies in Araras III Rural Settlement

Wolney Felipe Antunes Junior, Doutorando, UNICAMP, wolney.antunes@gmail.com;
Erikson Kadoshe de Moraes Raimundo, Mestre, UFSCAR, kadoshetecagro@hotmail.com;
Ricardo Serra Borsatto, Doutor, UNICAMP, ricardo.borsatto@ufscar.br;
Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo, Doutora, UNICAMP, vanilde@yahoo.com;
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Doutora, UNESP, soniaberga@yahoo.com.

Resumo

Este trabalho teve como objetivo levantar a trajetória de acesso à terra pelas famílias do Assentamento Rural Araras III e discutir, a partir de uma dessas famílias, as suas estratégias de reprodução social. Para isso, os caminhos metodológicos foram a entrevista estruturada, a observação direta e o relato de experiência. A partir dos resultados foi possível estabelecer uma discussão - à luz de um referencial teórico sobre a reprodução social camponesa - sobre a organização do trabalho, os usos da terra, os mercados e as políticas públicas acessadas pelos assentados.

Palavras-chave

Reforma Agrária. Campesinato. Agricultura Familiar.

Abstract

This study aimed to survey families' land access trajectories in the rural settlement of Araras III. It also sought to discuss social reproduction strategies from the viewpoint of one family. To do so, we conducted structured interviews, engaged in direct observation, and developed a field experience report. Based on our results, we developed a discussion (based on the theoretical framework on peasant social reproduction) on the organization of work, land uses, markets and the public policies accessed by families in the study site.

Keywords

Agrarian Reform. Peasantry. Family Farming.

INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil, ou a política de assentamentos pertencente aos Planos Nacionais de Reforma Agrária, ocorre de maneira pontual, com experiências localizadas. Além de não garantir uma significativa desconcentração fundiária, a realização de assentamentos se dá a partir de conflitos e disputas, em uma relação de tensão entre diferentes atores e diferentes interesses (BARONE et al, 2017). Há momentos em que a mobilização para a formação de assentamentos tem como agente popular os movimentos sociais e em outros o sindicalismo rural, podendo ser um enfrentamento com fazendeiros, ruralistas e grileiros, ou então, com o próprio Estado. Inclusive, essa diversidade de sujeitos e de contextos proporcionam diferentes processos de instituição dos assentamentos.

As dificuldades encontradas nos assentamentos são diversas e envolvem, principalmente, a falta de assistência técnica e extensão rural, o distanciamento de serviços públicos, como saúde e educação, e limitações quanto ao acesso à água e ao saneamento rural (ALVES FILHO; RIBEIRO, 2014). No entanto, de maneira geral, os assentamentos reconfiguram os territórios e transformam terras antes improdutivas em fontes de alimentos, trabalho e renda, contribuindo na dinamização de cidades e regiões (FERREIRA NETO et al, 2012; DOS SANTOS; KRAJEVSKI, 2018). Nos assentamentos do município de Araras-SP, sobretudo no Assentamento Rural Araras III (local deste estudo), as questões citadas anteriormente se reproduzem, ou seja, ao mesmo tempo que existem limitações produtivas, sociais e ambientais, os assentados proporcionam um processo de transformação do que antes eram terras de reflorestamento de eucalipto – pertencentes à antiga Ferrovia Paulista S. A., FEPASA – em produção diversificada de alimentos.

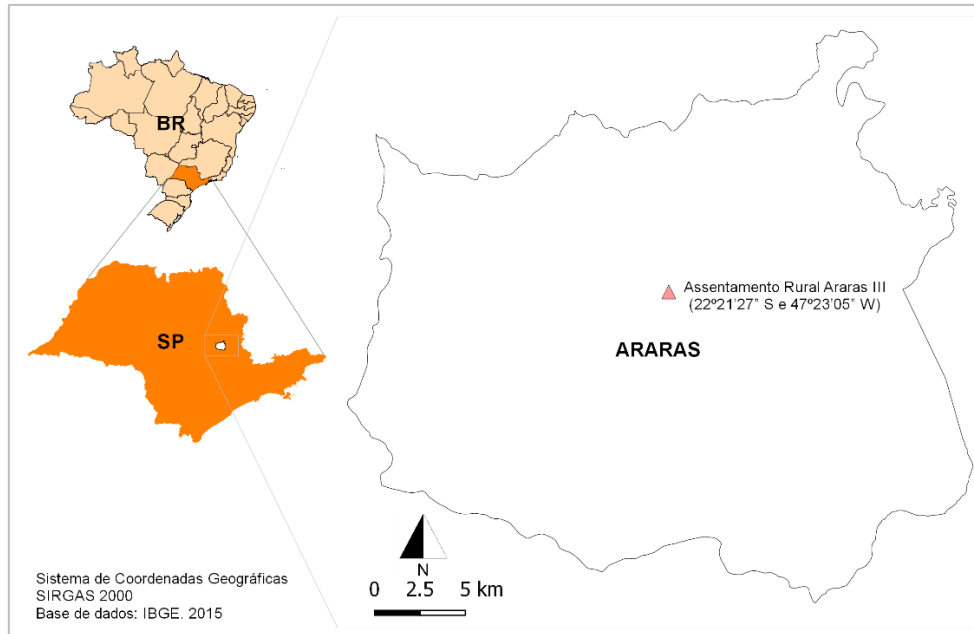
A fim de fortalecer a categoria social dos agricultores familiares e camponeses, entre eles os assentados da reforma agrária, e contribuir para a superação das dificuldades pertencentes à categoria, de meados da década de 1990 em diante foram construídas políticas públicas destinadas, especificamente, a este público (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Mesmo com limitações quanto às suas operacionalizações e aos seus orçamentos, essas políticas foram capazes de modificar a realidade de muitos assentados, camponeses e agricultores familiares. Porém, desde o segundo mandato de Dilma Rousseff (2014-

2016) algumas políticas, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, se encontram em estágio de precarização (DE PAULA et al, 2017). Atualmente, o cenário é pouco promissor aos avanços e fortalecimentos das mesmas. Não obstante, a Lei 13.465/17, originada da Medida Provisória 759/2016 (SAUER; LEITE, 2017), promove uma série de mudanças no arcabouço que trata da regularização fundiária urbana e rural. Como apontam Sauer e Leite (2017), essas alterações caminham para a emancipação dos assentamentos rurais (o que os deixam vulneráveis às pressões dos grandes proprietários e das agroindústrias) bem como a não priorização dos ocupantes no processo de seleção das famílias a serem assentadas. Isso, somado ao Projeto de Lei 5065/16 (BRASIL, 2016) que tipifica ações de movimentos sociais como terrorismo, tem grandes chances de promover a deslegitimação e o esvaziamento das mobilizações sociais por reforma agrária.

Mediante esse panorama, cabem às pesquisas acadêmicas revelarem as realidades dos assentamentos, evidenciando suas dificuldades e desafios, suas produções e suas importâncias para os territórios. Dito isso, esse trabalho teve como objetivo levantar - à luz de um referencial teórico acerca da reprodução social camponesa - a trajetória de acesso à terra pelas famílias do Assentamento Rural Araras III e discutir, a partir de uma dessas famílias, a organização do trabalho, os usos da terra, os mercados e as políticas públicas acessadas.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado no Assentamento Rural Araras III, no município de Araras, estado de São Paulo (**Mapa 1**), o qual se encontra sob responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP. Este assentamento foi homologado em dezembro de 1997 e abrange 367.87 hectares, que são divididos em 46 lotes (ITESP, 2018). O assentamento tem como predominância o bioma de Mata Atlântica, com latossolo vermelho distrófico de baixa fertilidade e com precipitação média anual de 1312 mm.

Mapa 1. Localização do Assentamento Rural Araras III

Fonte: os autores (2020)

A escolha da família que fundamentou a discussão deste artigo deu-se pelo fato de um dos seus membros ser uma liderança, que atua pela associação local dos agricultores assentados. Ou seja, isso possibilitou resgatar, concomitantemente, a trajetória da família e do assentamento como um todo.

A coleta de informações foi construída em três fases, as quais podem ser divididas em: a) Entrevista estruturada; b) Observação direta ou *in loco*; c) Relato de experiência. A entrevista foi elaborada com o objetivo de levantar informações básicas da família, tais como os níveis de parentesco, a escolaridade, as idades, etc. A observação direta permitiu compreender a dinâmica da família, por exemplo, a organização e divisão do trabalho, os diferentes cultivos e criações, entre outros. Por fim, e não menos importante, o relato de experiência buscou, através do depoimento de um dos familiares, resgatar a trajetória da família e do processo de conquista do assentamento. A atividade de campo teve a sua construção bem como sua condução baseadas em Gil (2008), Santos et al. (2014) e em Cavalcante e Azevedo (2014).

Essas três fases não ocorreram em momentos distintos, de modo que ao passo que o questionário era aplicado, observações eram realizadas, valendo o mesmo para o momento do relato de experiência. Os três métodos atuaram juntos e tiveram um

comportamento complementar, isto é, os dados levantados dialogam entre si. Ao todo foram quatro inserções no Assentamento Rural Araras III, que se distribuíram entre os meses de setembro e novembro de 2018.

REFERENCIAL TEÓRICO

É na construção teórica de Alexander Chayanov, acerca do campesinato, que se obtém os principais elementos de compressão dos processos internos de funcionamento e de reprodução social das unidades familiares de produção agrícola. As teorias explicativas bem como as demais reflexões sobre as dinâmicas camponesas serão abordadas, nesta seção, através das leituras de Abramovay (2007), Wanderley (2008) e Ploeg (2009), todos de abordagem chayanoviana (CHAYANOV, 1976).

O campesinato, ou unidades familiares de agricultura, fundamenta-se pela tríade terra, trabalho e família. Contrapondo ao paradigma da diferenciação social - em que os camponeses tenderiam ao desaparecimento, isto é, caminhariam à sua diferenciação em proletariado ou na burguesia - e ao paradigma da superioridade técnica e produtiva da grande propriedade, Chayanov (1976) elucida no campesinato os elementos que promoveram a sua resistência e a sua permanência diante da introdução do capitalismo no campo (ABRAMOVAY, 2007). Cabe, aqui, uma ênfase importante: a unidade agrícola de base familiar possui uma lógica distinta da empresa capitalista, ou seja, nela não há produção de salário tampouco de mais-valia (WANDERLEY, 2008). O trabalho é interno, desempenhado pelo proprietário e pelos seus familiares, os quais realizam os esforços físicos e mentais do trabalho (ABRAMOVAY, 2007; WANDERLEY, 2008).

O resultado da produção, no contexto das unidades familiares, constitui um todo indivisível, que pertence ao conjunto familiar. Este rendimento indivisível (ABRAMOVAY, 2007; WANDERLEY, 2008) destina-se ao suprimento das necessidades das novas produções e às necessidades internas de reprodução social. Neste sentido, um outro importante conceito chayanoviano: o balanço entre trabalho e consumo. Através de uma decisão interna, estritamente subjetiva, a família estabelece o quanto de trabalho se faz necessário para supressão de suas necessidades. É importante ressaltar que a família, ao longo de sua trajetória, não é estática, pelo contrário, ela atravessa momentos de diferenciações demográficas, o que implica, para cada momento, diferentes forças e

capacidades de trabalho e produção, assim como diferentes níveis de necessidades (ABRAMOVAY, 2007; WANDERLEY, 2008).

Mesmo com suas dinâmicas fortemente relacionadas com a lógica familiar, o campesinato não se configura como um ator social desconectado da sociedade e desprovido de outras relações e interações sociais. Chayanov, inclusive, indicou a sua necessidade de absorver e acompanhar os progressos e as mudanças sociais (WANDERLEY, 2008). E, ao longo de sua trajetória histórica, o campesinato traça uma luta constante por autonomia e por desenvolvimento, cabendo, nesse processo, as absorções necessárias (PLOEG, 2009; WANDERLEY, 2008). Retornando à tríade terra, trabalho e família, é possível constatar a centralidade do fator fundiário nessa trajetória. Como bem aponta Ploeg (2009), a terra é o principal componente de suporte para alcançar níveis consideráveis de independência e autonomia no campesinato.

Os constantes movimentos desempenhados pelo campesinato, na busca pela autonomia, são os elementos que configuram a chamada condição camponesa (PLOEG, 2009). Diante de ambientes hostis, as unidades familiares de agricultura se veem na necessidade de estabelecer estratégias pertinentes à sua reprodução social, as quais envolvem: produção para autoconsumo e produção para o mercado; demais fontes de renda e de atividades (inclusive não-agrícolas); recursos autogeridos e retroalimentação. Sobre a condição camponesa e a relação com os mercados, Ploeg (2009, p, 19) comenta:

É dessa forma que se interage com o mercado: enquanto uma parte é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa. Assim, permite, direta e indiretamente, a sobrevivência da família e de suas projeções futuras

Por fim, e não menos importante, se ao passo que a diferenciação social do campesinato não se fez totalmente verdade, é enorme, atualmente, a contribuição dos camponeses na produção de alimentos para a população mundial, além da sua influência na geração de trabalho e renda (PLOEG, 2009). O que rebate, também, a questão da grande propriedade. É nesse sentido que Ploeg (2009) ressalta no modo camponês de produção as principais estratégias de desenvolvimento a serem adotadas: “o progresso construído pelo camponês reverte-se em progresso para a comunidade e para a região” (PLOEG, 2009, p.21).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A família

No lote usado como referência, a família se divide em três núcleos, cada qual com sua própria residência. Por mais que cada núcleo possua fontes distintas de renda, em que somente um destes depende substancialmente da produção agrícola, isso não significa que os três núcleos não exerçam alguma atividade de plantio, criação e/ou consumam parte da produção. Na **Figura 1**, abaixo, segue o registro de uma dessas residências. A **Tabela 1**, por sua vez, traz as informações básicas da família, já dividida entre os três núcleos e os seus respectivos trabalhos. O referencial adotado para a definição do parentesco foi o do agricultor Miguel¹.

Figura 1. Residência no lote visitado do Assentamento Rural Araras III



Fonte: os autores (2018).

Como já adiantado, somente o Núcleo 3 tem como principal fonte de trabalho e de renda a produção agrícola, em que esta fonte se concentra nas atividades de Miguel e sua filha. A mãe (Núcleo 1), a nora (Núcleo 2) e a esposa (Núcleo 3) exercem as funções domésticas. Das três mulheres, somente a nora exerce alguma atividade de agricultura no lote, uma vez que a mãe, devido a faixa etária, e a esposa, em função de problemas de saúde, não possuem condições físicas para tal. Entre os homens que trabalham no meio urbano, tanto o filho quanto o sobrinho contribuem, em alguns momentos, na produção agrícola, sobretudo nos cuidados com os animais. A partir da apresentação destes

¹ A fim de manter a privacidade, Miguel é um nome fictício.

elementos, é possível observar a organização da produção, a dinâmica de trabalho e a questão da diferenciação demográfica entre os familiares (ABRAMOVAY, 2007; WANDERLEY, 2008).

Tabela 1. Informações básicas da família

	Parentesco	Idade	Escolaridade	Trabalho Principal
NÚCLEO 1	Mãe	70 anos	Ensino Fundamental I	Aposentada
	Filho	33 anos	Ensino Médio	Trabalhador urbano
NÚCLEO 2	Nora	26 anos	Ensino Médio	Dona de casa
	Neta	3 anos	-	-
NÚCLEO 3	Miguel	53 anos	Ensino Fundamental II	Lavoura, horta, criações, feiras e cestas
	Esposa	52 anos	Ensino Fundamental I	Dona de casa
	Filha	29 anos	Ensino Médio	Lavoura, horta, criações, feiras e cestas
	Sobrinho	36 anos	Ensino Fundamental I	Trabalhador urbano

Fonte: Os autores (2018).

Em relação à escolaridade, aqueles que compõem a terceira geração da família, isto é, os filhos e sobrinho de Miguel, possuem até o ensino médio completo. Em contrapartida, as duas gerações anteriores têm escolaridade entre o ensino fundamental I (antigo primário) e ensino fundamental II (antigo ginásio). Essas informações induzem uma progressão na escolaridade conforme as gerações.

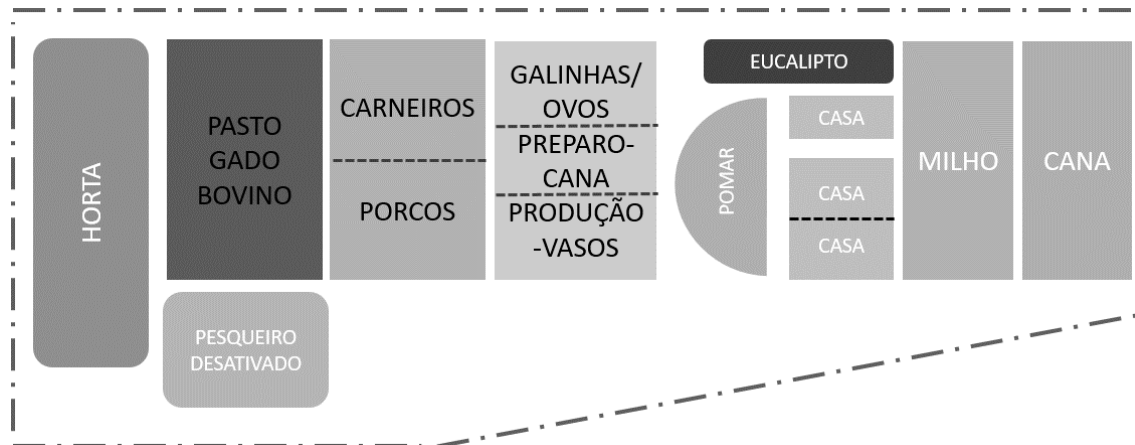
Para além da escolaridade, outras mudanças podem ser observadas entre as gerações. Arbarotti e Martins (2016), também em um contexto de assentamento rural, discutem algumas delas, por exemplo, as novas percepções em relação ao trabalho e consumo entre os mais jovens. Para os autores, enquanto as primeiras gerações priorizam o trabalho no próprio lote, explorando a terra, as novas gerações buscam trabalhos externos, na perspectiva de angariar sua própria renda e ter acesso aos bens de consumo.

No caso específico de Araras III, a filha de Miguel permanece trabalhando na produção agrícola junto ao pai, mas - como observado em pesquisa de campo - não deixa de vislumbrar sua independência financeira e, talvez, exercer uma atividade fora do lote. Nesse sentido, Wanderley (2003) também aponta para os conflitos geracionais quando se trata do rendimento indivisível na agricultura familiar e camponesa.

O uso da terra

A família convive em um lote de 6 hectares, com uma produção bastante diversificada, em que a destinação é tanto para o autoconsumo quanto para o mercado. Devido ao tamanho da família, com 8 membros, a estratégia é utilizar o máximo da terra, conferindo-a diferentes usos. Encontram-se no lote cultivo de cana de açúcar, lavoura convencional de milho, resquícios de reflorestamento de eucalipto, um pomar, criação de galinhas, carneiros e porcos, pasto com gado bovino e uma horta (**Figura 2**).

Figura 2 - Croqui do lote pesquisado



Fonte: os autores (2018).

O cultivo de cana de açúcar, aos moldes convencionais, se inicia com a entrada de insumos externos ao lote, como as mudas e os agroquímicos (agrotóxicos e adubo mineral). De modo que o objetivo desta plantação é a obtenção de matéria prima para a extração do caldo de cana, a colheita é feita conforme a necessidade e manualmente (balanço trabalho/consumo). Depois de colhida, a cana é transportada até um barracão, onde é feito o seu preparo para, adiante, ser extraído o caldo. Os resíduos desse processo,

por exemplo a palhada, são usados para fazer cobertura de solo na horta. Uma vez colhida e preparada, a cana de açúcar é levada para as feiras. Todas essas atividades são de responsabilidade mútua de Miguel e sua filha.

A plantação de milho, também convencional, normalmente usa sementes transgênicas. Neste cultivo são aplicados adubos minerais e agrotóxicos. O principal destino da colheita é para os mercados cerealistas, no entanto, parte dessa produção é destinada para o trato dos animais do lote. Essa atividade, diferentemente do cultivo de cana, demanda de maquinário e mão de obra temporária, que são obtidos através de parceria com a associação dos assentados (**Figura 3**).

Figura 3. Lavoura de milho convencional



Fonte: os autores (2018).

A produção de ovos e a horticultura são direcionadas tanto para o mercado quanto para o consumo da família. O manejo do galinheiro, realizado por Miguel e sua filha, usa para a alimentação das aves parte do milho produzido no lote e rações compradas em lojas agropecuárias. Na horticultura - com cultivos de beterraba, alface, cebolinha, chicória, abobrinha, etc. - não há produção das próprias mudas, a adubação é a partir de esterco curtido (das próprias criações) e o manejo é de responsabilidade de Miguel e sua filha (**Figura 4**).

Figura 4. Área destinada à horticultura

Fonte: os autores (2018).

Assim como a produção de ovos e a horticultura, a criação de animais também segue a lógica de abastecer o mercado e o consumo da família. Na criação de carneiros e de porcos há entrada de rações externas (adquiridas em lojas agropecuárias) e de parte da produção interna de milho. Para esses animais a principal forma de comercialização é a venda direta. Já o gado bovino de corte, criado no pasto, é direcionado às agroindústrias frigoríficas (**Figura 5**). Os principais responsáveis por esses trabalhos são Miguel e sua filha, porém, o sobrinho, o filho e a nora auxiliam em alguns momentos.

Figura 5. Criação de gado bovino

Fonte: os autores (2018).

Através dos diferentes usos da terra aplicados pela família, percebe-se que ao mesmo tempo em que há certa dependência de insumos externos, como são os casos dos adubos minerais, dos agrotóxicos, das rações e das mudas, há, também, o reaproveitamento de elementos do próprio lote, por exemplo, a palhada da cana, o esterco dos animais, o milho e, principalmente, o autoconsumo dos alimentos produzidos. Esta é

a condição camponesa no Araras III, em que não cabe mensurar e comparar as quantidades de alimentos destinados aos mercados e ao autoconsumo, afinal, essa lógica segue uma dinâmica complexa, que varia de acordo com a produtividade, com as demandas da família e com as demandas dos mercados. Nesta perspectiva, Wanderley (2003) ressalta a importância de se considerar a capacidade de adaptação dos agricultores às novas conjunturas econômicas, sociais e tecnológicas sem, necessariamente, perder sua essência familiar. É verdade, entretanto, que essas inserções e integrações com os mercados (e suas tecnologias) impactam diretamente na autonomia dos agricultores familiares e camponeses (GUAZZELLI; RIBEIRO, 2015).

Mercados e Políticas Públicas

As estratégias de reprodução social adotadas pela família em questão pressupõem acesso aos mercados e, em alguns momentos, às políticas públicas. Inclusive, uma dessas políticas acessadas configura-se como um mercado. A fim de explorar essas questões, este tópico será destinado a especificar os mercados e as políticas ingressadas pela família. Para isso, será realizada uma discussão através da tipologia de mercados para agricultura familiar estipulada por Schneider (2016).

Tendo como premissa a produção diversificada e os diferentes usos da terra, serão diversos, também, os mercados. No caso da lavoura de milho, a família vende sua produção para os chamados *Mercados Convencionais*, os quais funcionam em modelos de negócios a partir da concorrência, regulados por contratos e preços, tendo como canais os atravessadores, cooperativas, agroindústrias, redes de supermercados e outros (SCHNEIDER, 2016). Por mais que não tenha sido averiguado exatamente o destino da produção, provavelmente ou é negociada através de atravessadores ou diretamente às agroindústrias de armazenagem, secagem e comercialização de grãos. Ademais, a venda do gado de corte é incluída neste mesmo tipo de mercado.

Dentre os mercados ingressados pela família, os mais importantes e os maiores demandantes de dedicação são as feiras locais e a entrega de cestas. São duas feiras, ambas noturnas. A primeira ocorre às quartas-feiras, no Parque Ecológico de Araras, tem um movimento intenso e atende às expectativas da família. A segunda, a qual é organizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, tem um movimento ameno e não satisfatório. Os principais produtos comercializados são hortaliças, ovos e

caldo de cana. Já a entrega de cestas ocorre às terças-feiras, no campus de Araras da Universidade Federal de São Carlos, com venda de ovos e hortaliças, cuja montagem é feita através da integração entre os agricultores da associação local (**Figura 6**). Estes mercados são caracterizados como *Mercados de Proximidade*, de modo que a forma de regulação é a confiança e amizade estabelecidas entre produtor e consumidor, com os meios de comercialização envolvendo entregas diretas e as feiras locais (SCHNEIDER, 2016). Além das feiras e das cestas, outras interações da família, as quais envolvem a tipologia de proximidade, são as trocas e vendas diretas que ocorrem no próprio lote ou no assentamento, que, de maneira geral, incluem as criações de porcos, carneiros e galinhas bem como as hortaliças e a cana de açúcar.

Figura 6. Entregas de cestas (realizadas no pátio da Universidade Federal de São Carlos, campus de Araras)



Fonte: os autores (2018).

Como citado no início da seção, o acesso aos mercados e às políticas públicas fazem parte (mesmo que com níveis de importância diferentes) das estratégias de reprodução social da família, ocorrendo, inclusive, a integração entre as políticas e os mercados. Para além da política de reforma agrária, a qual amparou toda a formação do assentamento, as políticas acessadas pela família, no caso o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, são, respectivamente, um *Mercado Público e Institucional* (SCHNEIDER, 2016) e um mecanismo de inserção em outros tipos de mercados. O PAA, acessado nos

anos de 2013 e 2014, foi na linha de “Compra com Doação Simultânea” e, segundo a família, a política só deixou de ser acessada devido à queda de repasses de recursos para a mesma. Em relação ao PRONAF não foi especificado os anos de acesso, tampouco os projetos, mas sabe-se que foram na linha “Custeio”.

De acordo com Grisa e Porto (2015), o PAA, sobretudo a “Compra com Doação Simultânea”, possuía uma dinâmica de funcionamento compatível com as realidades da agricultura familiar e camponesa, de modo que os contratos eram firmados através de chamadas públicas e com demasiada flexibilidade na entrega dos produtos. Entre as externalidades positivas desse programa, há o incentivo na diversificação da produção e o resgate da cultura alimentar local. Por mais que a família tenha acessado somente em dois anos, 2013 e 2014, acredita-se que foi o suficiente para estimular a produção e buscar outros mercados, por exemplo, os de proximidade. Uma vez que, por motivos de estagnação da política, o PAA deixa de ser acessado, o mercado de venda direta por meio de cestas ganha relevância.

Nota-se, portanto, que a família acessa diferentes tipos de mercados e concilia situações de integração às agroindústrias e situações de certa autonomia e controle dos mercados. Essa questão vai de encontro com um apontamento de Wanderley (2003), em que ao mesmo tempo que ocorre a aproximação dos agricultores familiares e camponeses aos interesses das agroindústrias, permanece a lógica familiar, ou seja, a gestão e o trabalho permanecem sob os próprios familiares, assim como permanecem as produções de autoconsumo.

O acesso à terra

Este tópico apresentará a trajetória de conquista do assentamento sob a ótica de uma liderança local, que tem participação direta em toda a historicidade do Assentamento Araras III, desde os rumores de formação do acampamento até os dias atuais. Serão apresentadas as dificuldades enfrentadas, as conquistas, os desafios e motivações, bem como os benefícios trazidos aos assentados e ao território uma vez consolidado o assentamento. Nesta seção, a centralidade da terra e a contribuição do modo camponês para os territórios (PLOEG, 2009) ficam evidentes.

Anteriormente à formação do assentamento a área pertencia à Ferrovia Paulista S.A., FEPASA, a qual funcionava como horto florestal com plantações de eucalipto. Em

1995, ao tomar conhecimento que a área era passível de transformação em assentamento, o sindicato dos trabalhadores rurais de Araras, com o apoio de demais famílias de agricultores locais, iniciou o processo de luta pela terra. No dia 27 de julho, deste mesmo ano, foram realizadas as primeiras ocupações. Como destacado no relato, o processo de ocupação foi essencial para que o sindicato e as famílias obtivessem avanços na conquista do assentamento: “se não fizermos uma pressão em cima, você não consegue a negociação” (Miguel, Pesquisa de campo, 2018).

Mesmo com o pedido de reintegração de posse feito pela FEPASA, não houve conflitos violentos. As famílias, em uma decisão conjunta, optaram por se realocarem às margens da área, continuando, no entanto, com os cultivos de alimentos nas terras ocupadas. De acordo com o relato, essa atitude pretendeu evitar um embate mais ríspido e, ao mesmo tempo, manter a consistência do movimento. De modo geral, as famílias quiseram evidenciar os seus anseios de retorno ao campo e de retorno ao trabalho na terra. Dos participantes da ocupação – e que, adiante, conquistariam os lotes –, a maior parte eram munícipes de Araras, cujas origens eram rurais: “Pessoas que moravam na cidade e tinham raízes na terra, hoje estão na terra lutando e sobrevivendo dela” (Miguel, Pesquisa de campo, 2018).

Ao todo foram dois anos de ocupação, morando sob barracos e lonas. Neste tempo, a cooperação e a solidariedade entre as famílias foram a base da resistência. As atividades, tais como as de plantio e de preparo da alimentação, eram divididas igualmente de modo que o movimento mantivesse estável e atuante. Em 1997, quando enfim o Assentamento Rural Araras III foi consolidado, a divisão dos lotes seguiu o mesmo preceito de solidariedade:

Com a oficialização foram feitas as documentações e as divisões. O módulo fiscal do Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] era acima de 14 hectares, mas, como nós tínhamos um povo acampado na luta a mais de dois anos debaixo de barracos, e, que se fosse dividir pelo módulo fiscal do Incra, não seria possível assentar todo mundo. Então, optamos para que se distribísse em partes iguais para todas as famílias que estavam acampadas na época” (Miguel, pesquisa de campo, 2018)

O assentamento possibilitou o acesso à terra, tornando possível que diversas famílias locais produzam e se alimentem dignamente. Ademais, a proximidade do

assentamento com a área urbana de Araras possibilitou a criação de canais de venda direta, que permitem o oferecimento de alimentos a preços mais acessíveis e garantidores de uma renda justa às famílias agricultoras. A consolidação deste assentamento, bem como dos demais do território, é um contraponto aos latifúndios e às monoculturas que tanto buscam a hegemonia: “Hoje você anda e só vê cana [de açúcar] e quem leva comida à mesa das famílias é o pequeno produtor, é a agricultura familiar, se acabar com a agricultura familiar, acabou alimento na cidade” (Miguel, pesquisa de campo, 2018). Nota-se que o assentamento trouxe melhorias tanto para a vida dos assentados quanto para a cidade. É recorrente, no relato, o desejo de se dar um retorno à Araras, seja com o fornecimento de alimentos seja na dinamização da economia local.

A associação dos assentados, fundada em 2003, hoje encontra-se consolidada e, desde que passaram a atuar em comunidade, as famílias alcançaram diversas melhorias para os assentamentos e para os bairros rurais próximos, por exemplo, a iluminação de vias públicas, a construção do posto de saúde e de um centro de eventos, entre outros.

Em 2014, foi formalizada a cooperativa local, a qual trabalha em conjunto com a associação e, em certos momentos, com a prefeitura municipal. Tais parcerias foram essenciais para o melhoramento da estrutura produtiva do assentamento e para que novas possibilidades de escoamento fossem almeçadas: “Hoje nós temos a feira do agricultor que acontece todas as quartas-feiras no parque ecológico. É uma feira noturna, que vai até as 22 horas, e foi a cooperativa que encabeçou” (Miguel, pesquisa de campo, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, sobretudo entre os anos de 2003 e 2016, o Brasil vivenciou uma série de políticas públicas de desenvolvimento rural, que, entre avanços e contradições, permitiram que a categoria social da agricultura familiar conquistasse demandas importantes e históricas. Entretanto, a atual conjuntura política e econômica é pouco promissora à esta categoria, bem como às suas organizações e aos seus movimentos. Diante deste contexto, este artigo cumpriu um papel necessário de evidenciar as estratégias de reprodução social desempenhadas pelas populações do campo, as quais ultrapassam o âmbito das políticas públicas. Como visto nos resultados e nas discussões, são justamente nas adversidades e nas relações estabelecidas entre o mundo rural e urbano que a condição camponesa se notabiliza.

A geração de recursos essenciais à reprodução social das famílias assentadas no Araras III não se resumiu ao acesso à terra, de modo que outros planejamentos tiveram que ser articulados e almejados para possibilitar as suas permanências no campo. Projetando este caso para as demais experiências de assentamentos, pode-se dizer que em um primeiro momento trava-se a luta pelo acesso à terra e, em segundo momento, a luta pela permanência. As políticas públicas, tais como as de assistência técnica e extensão rural, de estruturação da produção e as de mercados institucionais são elementos-chave na referida luta de permanência. No entanto, nos momentos em que estas não conseguem abranger todas as demandas ou são desmanteladas por mudanças conjunturais, outras estratégias precisam ser estabelecidas. Neste sentido, foi possível observar que, ao longo da trajetória do Araras III, os avanços foram resultados de trabalhos constantes desempenhados pelos próprios assentados, os quais agiram de maneira pró ativa em busca de parcerias (com universidades e poder público local) e de estruturas (associação de produtores e cooperativa agroindustrial) para o assentamento. Em suma, se os assentados resistem, isso deve-se à condição camponesa.

Para além dos objetivos propostos, este trabalho conseguiu contribuir com mais dois elementos. O primeiro é que, resguardando as suas limitações, este texto pode ser um instrumento introdutório e didático para estudantes e pesquisadores que estão iniciando suas jornadas nesta temática, uma vez que conceitos importantes e por vezes complexos foram trabalhados de maneira clara, em um caso específico e concreto. O segundo ponto, por sua vez, é no debate acerca da reforma agrária e no papel dos agentes populares. Os processos de desapropriações de terras para a reforma agrária, no Brasil, se constituem como um grande desafio. As batalhas judiciais travadas pelas partes interessadas tramitam por muito tempo, fato que dificulta o acesso à terra e a geração de trabalho e renda nos territórios. Neste contexto, as movimentações sociais por reforma agrária, desempenhadas pelos agentes populares, permanecem como um mecanismo legítimo (e necessário) de luta pela terra.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 3. Ed. 2007.

ALVES FILHO, J. P.; RIBEIRO, H. Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 448–466, 2014.

ARBAROTTI, A. E.; MARTINS, R. C. Configurações Contemporâneas Dos Assentamentos Rurais De Reforma Agrária: o surgimento de novas gerações e a construção de novos projetos de vida. **Revista De Ciências Sociais, Política & Trabalho**, v. 1, n. 45, 2016.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, Henrique Carmona. A reforma agrária que temos: revisitando uma polêmica acesa. **Revista de Ciências Sociais, Política & Trabalho**, v. 1, n. 45, 2017.

BRASIL. Projeto de Lei nº 5065, de 2016. Brasília. Tipifica atos de terrorismo por motivação ideológica, política, social e criminal. 2016.

CAVALCANTE, G. B.; AZEVEDO, M. R. C. Observação participante: o olhar que aproxima e revela. In: ALVES, Giovanni; SANTOS, João Bosco Feitosa dos (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru: Praxis, 2014. Cap. 4. p. 75-86.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). **Análise Social**, p. 477-502, 1976.

DE PAULA, A. M.; GÓMEZ, J. R. M.; TRACZ, C. A. M. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 1, 2017.

DOS SANTOS, C. S.; KRAJEVSKI, L. C. Assentamentos rurais e as modificações socioeconômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu. **Revista NERA**, v. 21, n. 41, 2018.

FERREIRA NETO, J. A. et al. A população local e a percepção dos impactos dos assentamentos rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA" - ITESP. **Assentamentos: Situação Quanto à Localização Municipal**. 2018. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 155-180, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUAZZELLI, M. J.; RIBEIRO, S. Novas tecnologias, corporações e seus impactos sobre a soberania alimentar. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (Org.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ufpr, 2015. p. 153-178.

PLOEG, J. D. van der; Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. P 17-31.

SANTOS, J. B. F.; OSTERNE, M. S.; ALMEIDA, R. O. A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho. In: ALVES, G.; SANTOS, J.B.F. (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa nos Estudos do Trabalho**. 1ed. Bauru: Canal 6, 2014, v. 1, p. 29-51.

SAUER, S.; LEITE, A. Z. Medida Provisória 759: Descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p.

14-40, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 21, n. Oct, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: **Para pensar: outra agricultura**. 2 ed. Curitiba: Editora da UFPR, p. 32-56, 2008.